
Jornalistas Como Comunidades Interpretativas: O Discurso Oficial E A Construção Da Memória Do 11 De Setembro¹

Lilian SANCHES²

Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

A partir do conceito de comunidades interpretativas aplicado ao campo do jornalismo por Barbie Zelizer (1993), o presente artigo visa investigar a influência da cobertura jornalística na construção da memória social de ataques terroristas. Tendo como estudo de caso o 11 de Setembro, serão analisadas matérias das edições impressas da Folha de S.Paulo nos marcos de um, dez e quinze anos após o acontecimento. A consequente análise de conteúdo (BARDIN, 2009) visa evidenciar como a narrativa jornalística, com ênfase no uso de fontes, contribui para reforçar o discurso oficial, sistematizando a homogeneidade informativa nos processos comunicacionais e de memória. Os conceitos sobre terrorismo, jornalismo internacional, fontes e memória serão abordados de acordo com o pensamento dos autores Rapoport (2001), McCombs (2009) e Natali (2007), Lage (2005) e Pena (2005), Pollak (1992) e Nora (1993), respectivamente.

PALAVRAS-CHAVE: terrorismo; jornalismo; memória.

TERRORISMO NO MUNDO E O 11 DE SETEMBRO

Critérios de noticiabilidade em veículos de comunicação do mundo inteiro são preenchidos por ataques terroristas e seus desdobramentos, evidenciando o forte apelo midiático desses acontecimentos. O jornalista e pesquisador espanhol Florencio Domínguez ressalta a existência inequívoca de uma estreita relação entre o terrorismo e a imprensa, sendo que “são muitos os investigadores deste tipo de violência que colocam o acento tônico dos ataques no elemento midiático” (DOMÍNGUEZ, 1999. p. 111).

Todavia, a definição do conceito de terrorismo tem sido fonte de controvérsia tanto no campo acadêmico, quanto jurídico e político. Autores como o suíço Alex Schmid apontam a complexidade do tema e a ausência de uma definição neutra, devido aos vínculos ideológicos do termo "terrorismo", que pode ser considerado o mais politizado do vocabulário político da atualidade. “Em sua dimensão pejorativa, o destino do termo

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Processos Comunicacionais da Universidade Metodista de São Paulo e bolsista integral Capes, e-mail: liliansanchesr@gmail.com.

‘terrorista’ é comparável ao uso e abuso de outros termos no vocabulário político, como racista, fascista ou imperialista” (SCHMID, 2011. p. 40).

Já uma definição neutra, para Brenda Lutz e James Lutz (2010), seria possível apenas por meio de uma abordagem restritiva, que considerasse apenas a natureza do evento em si mesmo. Ao partir de uma perspectiva mais complexa, o sociólogo francês Edgar Morin (2011) considera que a noção criada ao redor do termo terrorismo é válida para organizações como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico, cujas ações estão centradas em atentados e assassinatos em massa que têm como alvo as populações civis. No entanto, essa definição seria insuficiente quando aplicada às formas violentas de resistência nacional, privadas dos meios democráticos para se exprimir. O autor faz um resgate histórico, lembrando que o termo já foi empregado pelos nazistas para se referir aos resistentes europeus, bem como, mais recentemente, pelo presidente russo Vladimir Putin em referência aos membros da resistência chechena que, apesar de contar com um ramo terrorista, não pode ser reduzida a ele.

Com o intuito de sistematizar o terrorismo moderno, o estadunidense David Rapoport, referência nos estudos da área, recorreu ao conceito de ondas para desenvolver sua teoria, "The Four Waves of Modern Terrorism", publicada pela primeira vez em dezembro de 2001, na revista científica *Current History* (p. 419-425). De acordo com ela, determinados contextos e períodos históricos englobam eventos e grupos terroristas com objetivos e características comuns, que podem ou não se sobrepor. Para o autor, desde 1880, quatro ondas de terror acometeram o mundo, de forma sucessiva e sobreposta, reunindo características, objetivos e táticas específicas.

A primeira onda, conhecida como terrorismo anárquico, teria sido iniciada pelos anarquistas russos na década de 1880 a partir da estratégia assassinar políticos e militares Czaristas, objetivando a queda do regime. Já a segunda onda se iniciou com a luta anticolonial na Ásia e na África, que teve início após a Primeira Guerra Mundial e conta como característica principal o nacionalismo e ações de guerrilha contra os exércitos e representantes dos colonizadores.

Durante o contexto da Guerra Fria, a New Lef teria emergido como terceira onda e atingiu o auge entre os anos 1960 e 1980, período marcado por atos reivindicados por organizações como a OLP - Organização para a Libertação da Palestina, as Brigadas Vermelhas, ETA - Pátria Basca e Liberdade e o grupo Baader-Meinhof. Rapoport afirma

que seria uma onda fortemente influenciada pelo êxito dos vietcongs contra as Forças Armadas norte-americanas ao longo da guerra do Vietnã.

Na visão do autor, ainda vivemos na quarta onda terrorista, que emergiu com a vitória da Revolução Islâmica no Irã, com a invasão do Afeganistão pela URSS em 1979 e, de modo mais agressivo, após o final da Guerra Fria. As circunstâncias permitiram a ascensão de novas organizações baseadas em concepções fundamentalistas. E afirma que o Islã está no coração desta onda, graças aos "significantes, mortais e profundos" ataques internacionais perpetrados por grupos islâmicos. Ademais, os eventos políticos que possibilitaram a quarta onda teriam se originado no islã e seu progresso, incentivado grupos religiosos em outros lugares.

Baseado no conceito de Rapoport, porém em desacordo sobre a duração da quarta onda, o especialista em terrorismo Jeffrey Kaplan (2008) defende que uma quinta onda já teria surgido e seria caracterizada pelo "utópico intuito de criar, de forma radicalizada, uma sociedade aperfeiçoada no nível local. [...] de reconstituir o modelo de uma 'Era de Ouro' perdida ou um mundo inteiramente novo em apenas uma geração" (2008, p. 12). Apesar da falta de consenso acerca do tema, esses critérios podem ser aplicados aos hodiernos grupos que se autodenominam jihadistas, como o nigeriano Boko Haram e o Estado Islâmico.

Segundo o estudioso Anthony Celso (2015), o processo de conversão em massa e a agitação revolucionária constituem uma prática adotada pelo BH e EI que "requer isolamento psicológica da sociedade moderna e isso pode se relacionar às dinâmicas utilizadas pela quinta onda islamista", o que atende aos demais critérios postulados por Kaplan (2008), mesmo se distanciando da utopia a nível local.

Mesmo com o início da quarta onda datado na década de 1980, o Ocidente só notou a dimensão real do movimento na virada do milênio. Os ataques conduzidos em 11 de setembro de 2001 e reivindicados pela Al-Qaeda finalmente colocaram o terrorismo em pauta nas esferas social, midiática, política e econômica. Foi a primeira vez que os Estados Unidos sofreram um ataque terrorista em território nacional.

Para Morin (2011), os atentados constituíram um "eletrochoque decisivo para o devir da sociedade-mundo e, com a desintegração das duas torres de Manhattan, propagou no globo o sentimento de uma ameaça planetária". Em decorrência do acontecimento, em um primeiro momento, foi descoberta uma rede clandestina político-religiosa ramificada em todos os países com uma capacidade e objetivos destrutivos nunca antes imaginados,

o que, na visão do sociólogo, provocou a necessidade da criação de uma polícia e de um corpo militar específicos. "A Al-Qaeda constituiu uma nova etapa do terrorismo. A mundialização tecnoeconômica permitiu a mundialização terrorista, transformando-se nessa mundialização e, por meio dela, em ameaça mundial" (MORIN, 2011).

Na visão do linguista e ativista político Noam Chomsky, o 11 de Setembro pode ser considerado um evento histórico não por suas dimensões, pois houve ataques terroristas com efeitos muito mais duradouros e extremos, mas este foi um evento histórico, pois suscitou uma mudança: "a direção em que as armas estão apontadas mudou. E isso é algo novo, radicalmente novo" (CHOMSKY, 2002).

A dinâmica oriunda do 11 de setembro alterou a percepção do terrorismo no imaginário social, principalmente no que concerne à ameaça gerada por grupos terroristas, antes percebida como distante por acometer apenas países "distantes e subdesenvolvidos" (MORIN, 2011). Conseqüentemente, a resposta a essa nova ameaça, batizada de "guerra ao terror", direcionou seus esforços contra os grupos radicais islâmicos, baseados em uma agenda historicamente preconceituosa referente à construção orientalista de que o islã seria "um mal a ser combatido por apresentar um perigo sem precedentes para o Ocidente" (GOLDBERG, 2009). Nenhuma outra das três ondas anteriores havia realizado ações globais coordenadas de contraterrorismo como a desencadeada pelos ataques de 11 de setembro, além de colocar o terrorismo em pauta na mídia ocidental, bem como no meio acadêmico.

A queda das torres gêmeas representa um marco na atenção voltada ao tema e no número de matérias publicadas. Chaia (2011) observa que a data desencadeou discussões em todo o mundo sobre a problemática da violência terrorista, que, apesar de negligenciada pela mídia, já vinha acometendo regiões com muito mais intensidade na virada do milênio.

Em 2015, Butler realizou um estudo comparativo entre o número de matérias publicadas mencionando a palavra "terrorismo" no The New York Times no período referente a dez anos antes e depois do 11 de setembro de 2001. Antes dos atentados, foram publicadas apenas 33 matérias sobre o tema ao longo da década, enquanto os dez anos após os ataques contou com 455 publicações que abordam o termo. Além dos resultados quantitativos, a pesquisa também analisou o conteúdo das matérias, que passaram a focar nos grupos fundamentalistas islâmicos. Para Butler (2015), a mídia construiu o terrorismo após o 11 de setembro de forma que acabamos "constantemente pensando nos terroristas

como uma perigosa ameaça a nós e a nosso país" ao passo que os dados encontrados antes dos atentados de 2001 apontam que o terrorismo não era abordado como um assunto de relevância nacional, bem como a cobertura focava em diversos perpetradores.

COMUNIDADES INTERPRETATIVAS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Originário dos estudos literários, o termo comunidade interpretativa foi cunhado por Stanley Fish (1980) para explicar a uniformidade na interpretação textual em um determinado grupo que compartilhava o mesmo espaço geográfico, função social, tradição cultural e/ou convicções. Paralelamente, o conceito foi dilatado em referência a noção de comunidades de memória de Robert Bellah (1985), no qual os grupos seriam unificados pela interpretação compartilhada da realidade por meio do tempo, o que se daria pela repetição das narrativas dominantes.

Estendendo a teoria de Fish (1980) para o campo do jornalismo, Barbara Zelizer (1992) argumenta que os jornalistas, a princípio estadunidenses, constituem uma comunidade interpretativa devido às narrativas compartilhadas e reiteradas por seus membros. A abordagem da autora, estruturada ao redor da noção de autoridade, enfatiza o âmbito cultural do jornalismo como fenômeno em seu papel social, criando uma alternativa às análises anteriores focadas no caráter sociológico da profissão. Zelizer também defende que os acontecimentos são coletivamente interpretados pelos jornalistas, que usam o discurso não somente para conferir sentido à prática profissional, como também a fim de assimilar "elementos dessa prática negligenciados pelas interpretações formalizadas da profissão" (1992). Torna-se necessário observar, então, não apenas como os jornalistas atribuíram a si mesmos o poder de interpretação da realidade bem como deve ser analisado o esquema narrativo utilizado, que pode se originar tanto da coesão entre os jornalistas quanto do reforço das mensagens ou a compreensão das audiências.

A professora estadunidense busca diferenciar os jornalistas da atividade profissional ao enfatizar a manifestação de uma cultura comum às formas de apreciação do presente que se desenrola ao longo do processo noticioso. As delimitações do jornalismo feitas com ferramentas emprestadas da sociologia das profissões, delineadas a partir de ocupações liberais clássicas, como o direito e a medicina, são rejeitadas por Zelizer em detrimento do processo de atuação jornalística em relação aos demais atores sociais. Essa abordagem sociológica acerca do jornalismo como profissão proporciona

uma visão limitada da atividade jornalística, muitas vezes, proveniente do universo das hard news, que reproduzem concepções restritivas à dinâmica das redações.

Paralelamente, é nos ambientes das redações que a cultura do jornalismo é construída por meio de rituais, narrativas, valores e parâmetros compartilhados que, por fim, são capazes de gerar conhecimento jornalístico técnico, classificado por Ericson, Baranek e Chan (1989) como saberes de reconhecimento – como situar jornalisticamente um evento em um espaço temporal e geográfico –, saberes de procedimento – como abordar um assunto, quais fontes consultar, métodos de entrevista – e saberes de narração - como embasar e apresentar fatos corretamente a fim de conferir credibilidade.

Zelizer contrapõe em sua teoria o fato de que estudos sobre o jornalismo como campo profissional contribuíram para a melhor compreensão teórica e prática das atividades, além de permitir com que o jornalista se considere um profissional, que desempenha uma tarefa comum aos demais colegas, gerando a sensação de partilha e “uma aura de autoridade baseada em uma atitude específica para efetuar tal tipo de trabalho” (ZELIZER, 1992).

A partir dessas ideias, o conceito de jornalistas como comunidades interpretativas explora a forma como os profissionais se legitimam como intérpretes autorizados da realidade, considerando que a cultura jornalística é concebida por meio de redes informais de diálogo e troca. Retomada no Brasil por Nelson Traquina (2005), a teoria também considera que, como agente social, o jornalismo e sua cultura não são restritos ao grupo específico de profissionais responsáveis pela produção noticiosa, devendo ser também compartilhada e reiterada por outros grupos da sociedade para que possa ser validada e perdurar.

Para Zelizer, fundamentalmente, as comunidades interpretativas devem ser caracterizadas a partir de uma abordagem que considere essencial a circulação difusa dos parâmetros interpretativos que orientam a leitura da realidade e formação narrativa, retirando a ênfase analítica e positivista das regras deontológicas e processos educacionais padronizados. Assim, o discurso homogêneo constituído pela e para a comunidade interpretativa acaba estabelecendo padrões de autoridade e memória provenientes das boas práticas profissionais, permitindo a consolidação identitária e, no caso dos jornalistas, principalmente o estabelecimento do que seria o “modo de ser” jornalístico.

Embalado por esse viés teórico, ao fazer suas considerações, Traquina (2005) opta por utilizar o termo tribo como sinônimo de comunidade, uma inequívoca remissão ao

postulado de Michel Maffesoli (1998). O autor brasileiro defende ainda a existência de uma transnacionalidade que permearia a comunidade jornalística, se apoiando na hipótese de que a análise da cobertura noticiosa em países distintos revela mais semelhanças significativas do que diferenças. Justamente a profissionalização proporcionaria um conjunto de referências comuns a partir das quais os jornalistas interpretariam a realidade do mundo. De modo mais generalista, Pierre Bourdieu (1997) aborda este fenômeno, sugerindo que os jornalistas "usam óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem" (p. 25).

Em contrapartida, diversos autores como Leal e Jácome (2013), argumentam que uma aplicação rígida do conceito de comunidades interpretativas transnacionais poderia levar a homogeneização de jornalistas e do jornalismo, desconsiderando a diversidade contextual das realidades que se modificam conforme as regulamentações e tradições de cada país. Haveria o risco, ainda, de ignorar os jornalistas como sujeitos sociais e as nuances da mediação jornalística permeada por tensões, ideologias e conflitos. Moretzsohn (2012) ressalta que, no contexto dos veículos de comunicação e o processo produtivo noticioso, é necessário considerar a presença e atuação diversa de profissionais de outras áreas, que validam os procedimentos e poderes conferidos aos jornalistas, tendo em vista que a notícia circula socialmente por meio dos dispositivos midiáticos.

Neste sentido, os jornalistas constroem significados histórica e socialmente formulados. Em trabalhos posteriores, Zelizer (2008) teoriza que a consolidação do processo jornalístico relegou os historiadores, distantes do grande público, para um papel secundário na confecção do relato histórico. De acordo com a autora, esse fenômeno se deve a complexidade da contextualização, narrativa e interpretação histórica em contraste com o discurso emocional veiculado pela mídia acerca de eventos passados.

Considerando os meios de comunicação como importantes agentes de socialização, Kitch (2008) defende que as referências ao passado no debate público, potencializadas pela mídia, constituem a principal forma de aprendizagem da história para grande parte da população. Os relatos comunicativos possuem protagonismo frente a narração histórica, segundo Bruno Reis (2011), devido à preferência do público por mensagens e visões simplificadas, que, por sua vez, geram memórias midiáticas que levam a representações distintas da história. A dinâmica proveniente dessa nova lógica confere ao jornalismo a possibilidade de construir uma "historicidade mediática"

(THOMPSON, 1998), fazendo com que os veículos de comunicação atuem como órgãos de historização, que participam ativamente para a formação da memória social.

Em seu postulado teórico, Pierre Nora (1993) apresenta importante diferenciação dos conceitos de história e memória. Ao passo que, para o autor francês, a memória se mantém em “permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”, a história estaria sempre em processo de “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, considerando que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado” (NORA, 1993, p.9). Individual e coletiva, a memória enquanto processo em constante mudança conecta o sujeito histórico a um grupo social e um período temporal específico. O autor alerta que a própria memória possui um processo de elaboração seletivo e, conseqüentemente, os discursos comunicativos ou midiáticos não podem apelar para a neutralidade para, justamente, evitar críticas e ressalvas no que concerne ao seu papel na reconstrução da história.

Nesse sentido, autores como Dayan e Katz (1999) e Edgerton (2003) criticam a atuação do jornalismo por produzir uma "história de bricolage", conceito que remete à simplificação dos acontecimentos e personagens históricos, adaptando-os aos discursos atuais. Essa característica do processo de construção noticiosa teria como efeito a "presentificação" do passado e a destituição de suas referências originais. Zelizer (1992) classificou de “tempo duplo” essa tentativa dos jornalistas em situar os acontecimentos presentes por meio de um trabalho estratégico de memória referencial ao passado.

As narrativas jornalísticas e matérias sobre o passado aparecem, de acordo com o professor estadunidense Jill Edy (1999), regularmente, atendendo a três formatos básicos: comemorações, analogias e contextos históricos, sendo que cada um deles possui implicações distintas no modo como são criadas as memórias coletivas. A existência de "aniversários jornalísticos" ou matérias comemorativas, tema de estudo deste artigo, são comumente sancionadas por uma autoridade social e abarcam temática ou evento que não gera controvérsias públicas (EDY, 1999).

Frequentemente direcionados a fatos positivos, os aniversários jornalísticos podem abranger, de modo ocasional, aspectos "difíceis do passado, porque as autoridades sociais não conseguem negar sua importância" (Wagner-Pacifici; Schwartz, 1991), como é caso do assunto de interesse desta pesquisa, os atentados de 11 de setembro.

USO DAS FONTES E OPINIÃO PÚBLICA

A publicação do livro "Opinião Pública" fez de Walter Lippmann o precursor dos estudos acerca do tema, estabelecendo, pela primeira vez, o nexos causal entre mídia e opinião em 1922. Os estudos apresentados na obra foram de encontro ao pensamento vigente nos Estados Unidos da década de 1920, no qual "uma imprensa livre e atuante constituía uma linha segura de defesa da democracia" (ALBUQUERQUE; DIAS, 2002; p. 315). Para Lippmann (1922), o público deve dispor de representações inequívocas do mundo para que possa construir uma opinião pública efetiva. Na ocasião, o autor avaliou que a imprensa falharia em cumprir com o papel social, produzindo notícias que apresentam a realidade de modo inadequado e estereotipado, graças à ausência de métodos sistemáticos de produção noticiosa.

As premissas postuladas na obra, publicada no início do século passado, se mantiveram como referenciais teóricos para diversos autores relevantes, como os também estadunidenses Maxwell McCombs e Donald Shaw, que desenvolveram a hipótese do agendamento, em 1972, com base nas ideias de Lippmann acerca da relação da imprensa e a construção da opinião pública.

O fenômeno de salientação, considerado por McCombs e Shaw como a principal função da mídia, formata a relevância de determinado assunto na opinião pública de forma a afetar o cenário político. Compondo a escola norte-americana de estudos da comunicação, de viés funcionalista, a teoria do agendamento se destaca pelo apelo cognitivo empregado na condução da pesquisa, considerado atemporal. Em entrevista concedida à Revista Intercom em 2008, McCombs reitera a validade da hipótese, reforçando que, ao longo dos anos, os estudos sobre agendamento têm sido realizados ao redor do mundo e apresentando resultados consistentes, especialmente nas mídias digitais. "O único limite para a aplicação da teoria é a sua imaginação e criatividade. Há muitas agendas na sociedade contemporânea" (MCCOMBS, 2008; p.215).

Para o teórico, as decisões jornalísticas determinam o caminho que as notícias vão percorrer, tanto nos veículos online como offline, e onde serão elencadas no ranking da agenda, determinando sua relevância, que é a influência crítica da mídia em sua essência. Os demais veículos têm espaço e/ou tempo limitado para publicação, "com a internet, nós vencemos um pouco esses obstáculos, mas [...] apenas algumas informações podem estar na página principal. Se você não sabe que uma informação está na décima página, talvez você jamais leia" (MCCOMBS, 2008; p.215). Então, segundo McCombs, o agendamento

se mantém independentemente da plataforma midiática, pois está ligado de forma intrínseca com a dinâmica entre os veículos de comunicação e o público.

O conceito de esfera pública de Jürgen Habermas, considerada uma dimensão mediadora entre a sociedade e o estado, teve como inspiração o postulado acerca da existência humana de Hanna Arendt e os estudos históricos da polis grega. Para o filósofo alemão, a mediação da esfera pública possibilitaria, em última instância, a formação da opinião pública que apenas poderia existir caso o acesso aos direitos de liberdade de expressão, reunião e associação for garantido a todos os cidadãos. De acordo com esta concepção, há possibilidades para a emancipação humana na esfera pública por meio da ideia central de racionalidade comunicativa.

Ao mesmo tempo em que o trabalho de Habermas neste campo influenciou diversos teóricos, também foi objeto de críticas ao longo dos anos. Em "O império do Efêmero" (1989), Lipovetsky questiona a concepção de que o "pronto-para-consumir midiático" funcionaria como instrumento de redução da capacidade de fazer uso crítico da razão, conceito que considera elitista-intelectualista, pois subentende que:

o que diverte não poderia educar o espírito, o que distrai só pode desencadear atitudes estereotipadas, o que é consumido só pode opor-se à comunicação racional, o que seduz a massa só pode engendrar opiniões irracionais, o que é fácil e programado só pode produzir o assentimento passivo. (LIPOVETSKY, 1989)

Outro crítico de Habermas, Schudson (1995) rejeita parcialmente o conceito de esfera pública, classificando a mídia como uma esfera de governo e alegando que há uma linha tênue que divide o Estado e a imprensa privada. Ao passo que o autor considera o conceito de esfera pública indispensável para os modelos e teorias social e política, se afasta da lógica habermasiana, defendendo que não é possível haver opinião pública fora do Estado nem em estado puro. Em essência, Schudson também vai se opor à ideia de múltiplas esferas públicas, argumentando que as várias discussões da sociedade civil devem convergir para a jurisdição que abarca a tomada de decisões.

Frente às críticas, Habermas apresentou revisões em trabalhos posteriores, passando a considerar a esfera pública como uma rede complexa e interativa, em diferentes níveis geográficos, para a disseminação de conteúdo, na qual a formação de opiniões referentes a temáticas de interesse comum é dualística. Agora, a opinião pública passa a ser o fruto de uma prática comunicacional que racionaliza argumentos para

influenciar o sistema político vigente ao passo que a esfera pública passa ser considerada um conjunto de indivíduos que compõem o público (HABERMAS, 1997).

Nos trabalhos que conceitualizaram a teoria do agir comunicativo, Habermas (1981) já renunciava a ideia de que os meios de comunicação atuam com somente o intuito de reproduzir a estrutura social vigente. Com base nesse novo entendimento, o filósofo identificou o espaço comunicacional como mais abrangente de modo a conferir ambiguidade ao papel social da mídia. A partir da revisão conceitual, foram delimitadas três modalidades de esfera pública; a abstrata foi caracterizada por ser produzida midiaticamente, na qual a imprensa atua para conectar os públicos, unindo-os geograficamente. Habermas (1997) aponta que a agenda midiática é formatada por atores poderosos em grande parte inacessíveis aos que estão fora do sistema político ou do âmbito corporativo (BARROS, 2008).

Neste mote, a comunicação e a formação da opinião pública são colocadas no centro da esfera pública, de forma que o debate seja travado fora dos ambientes formais, possibilitando que sistema vigente seja questionado por meio de argumentos racionais e livres (GOMES, 1999; CALHOUN, 1992). Contudo, Marques (2006) observa que um modelo de esfera pública que exija dos cidadãos engajamento e racionalidade constantes “parece ser pouco correspondentes à realidade social contemporânea” (p.183).

O conhecimento da população geral acerca de temas internacionais, sejam eles geopolíticos ou culturais, está intrinsecamente relacionado às matérias que circulam na mídia. Esta afirmação foi feita por McCombs com base em uma pesquisa desenvolvida em 2009, levando em consideração o acesso restrito a este tipo de informação por meio de outras fontes.

Durante o período de 20 anos nos Estados Unidos, 1981-2000, a saliência dos assuntos internacionais no público americano esteve significativamente correlacionada (+0,38) com o número de matérias sobre assuntos internacionais publicadas no New York Times. (McCOMBS, 2009, p.31-32).

Em contrapartida, Juarez Bahia (1990) afirma que “grande parte da credibilidade de um jornalista ou de um veículo repousa no uso que ele faz das suas fontes na elaboração das notícias”. O conceito se aplica tanto ao jornalismo internacional quanto, mais especificamente, à cobertura de eventos terroristas.

Mesmo em no território nacional, o teórico Nilson Lage (2005) observa que poucas matérias são originárias, de forma integral, da observação direta, sendo que:

A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. **São o que se chama de fontes.** É tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas. (LAGE, 2005, p.49)

O luso-brasileiro Manuel Carlos Chaparro defende a hipótese da "revolução das fontes", na qual o jornalismo teria transferido o trabalho das redações para as fontes, dando a elas o poder de produzirem fatos e desenvolverem conteúdos atribuídos como notícia. Processo esse capaz de influenciar dinâmicas jornalísticas e sociais.

Nilson Lage introduz um sistema de classificação de fontes em seu livro "A reportagem" (2001), valendo-se de três categorias: tipos (pessoas, instituições e documentos), formas (oficiais e oficiosas) e atributos (testemunhais e experts). Diferentemente de outras modalidades, a definição de fonte oficial encontra consenso no meio acadêmico no que se refere a seu caráter institucional, representantes de organizações públicas com ou sem fins lucrativos e do Estado.

A clara preferência jornalística por fontes oficiais, na busca pela credibilidade e dados fidedignos, para Machado (2002), é explicada pela confiança social no exercício da função pública. Muitas vezes, por deterem o monopólio informativo, as fontes oficiais tendem atuar com o intuito de proteger interesses (PENA, 2005). Dilatando essa ideia, Lage (2005) afirma enfaticamente que esse tipo de fonte pode, até mesmo, moldar a realidade a fim de beneficiar grupos dominantes.

ANÁLISE DE CONTEÚDO

Com a popularização das redes digitais, o acesso a dados disponíveis para consulta de jornalistas, durante o processo de contextualização e apuração, foi facilitado consideravelmente. Contudo, o aumento de informações e acessibilidade a múltiplas fontes não tem contribuído para alterar a estrutura vigente que rege o processo de construção noticiosa. Fontes e conteúdos oficiais ainda predominam na cobertura jornalística – especificamente, também, no que concerne os eventos terroristas –, contribuindo para a manutenção de discursos homogêneos. O espaço para a disseminação de vozes plurais, que promovam o debate acerca do tema e colaborem para uma construção menos sectária da memória, não foi ampliado, conforme ilustra a análise presente neste artigo.

Veiculada no aniversário de um ano dos atentados de 11 de setembro de 2001, a edição nº 26.824 da Folha de S.Paulo destaca os acontecimentos na chamada de capa, além de trazer um caderno especial de sete páginas, composto por 13 matérias.

Ao longo das reportagens, publicadas na referida edição do dia 11 de setembro de 2002, foram contabilizadas menções diretas à 38 fontes, sendo que 31 podem ser consideradas oficiais e sete testemunhais, de acordo com conceitos teóricos comunicacionais já definidos neste trabalho. Não há fontes analíticas. O baixo número de fontes diretas pode ser explicado pelas reportagens serem, em sua maioria, baseadas integralmente em documentos oficiais divulgados de forma prévia ao aniversário dos ataques, o que também reforça os discursos institucionais internalizados à narrativa jornalística.

Figura 1



Fonte: Acervo/Folha de S.Paulo

Na chamada de capa, a matéria principal é uma das que são baseadas em comunicados oficiais divulgados previamente pelo governo estadunidense. Já na parte inferior esquerda, a chamada "Doze meses já se foram, mas eu não esqueci" remete a publicação integral de um depoimento do então prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, no dia dos eventos terroristas. Além da matéria de meia página narrada em primeira pessoa por Giuliani, o caderno Mundo também publicou na íntegra a carta de Fernando Henrique Cardoso endereçada ao ex-presidente estadunidense George Bush.

Ao longo das duas primeiras páginas do caderno, as seis matérias publicadas têm como mote principal informações oficiais divulgadas, principalmente, pelo governo estadunidense. Três destas seis reportagens são referentes a eventos oficiais

comemorativos realizados tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Das 31 fontes oficiais utilizadas em todo o caderno, 14 estão localizadas nas duas primeiras páginas, reforçando o destaque conferido ao discurso oficial.

Figura 2



Fonte: Acervo/Folha de S.Paulo

Veiculada no domingo, 11 de setembro de 2011, a edição número 30.111 traz na capa uma chamada para o caderno especial sobre o aniversário de 10 anos da queda das torres gêmeas e ataques ao Pentágono. Nove matérias, com uma quantidade expressiva de recursos gráficos, compõem as sete páginas do caderno, coincidentemente a mesma quantidade da edição de 2002. Foram identificadas 32 menções a fontes diretas, sendo sete oficiais, sete especialistas e 18 testemunhais. Mesmo com a superioridade quantitativa de outras fontes, as oficiais mantêm notadamente posições de destaque, dispostas, em maioria, nas primeiras páginas do caderno.

O status diferenciado conferido às fontes oficiais está arraigado na prática jornalística, na opinião pública e, também na construção da memória dos acontecimentos históricos. Os profissionais aprendem – tanto nas universidades quanto nas redações – a associar a credibilidade de uma fonte à sua posição hierárquica, o que, segundo Tuchman (1993) faz com que a notícia se apoie e, ao mesmo tempo, reproduza as estruturas

institucionais de poder. A autora aponta ainda que, em casos de conflitos como guerras e atos terroristas, a imprensa precisa da colaboração das fontes oficiais governamentais para realizar a cobertura dos fatos, o que, em consequência, faz com que os relatos reproduzam – em maior ou menor grau, dependendo da política editorial dos veículos – os pontos de vista de quem concede as informações.

Figura 3

The image shows a newspaper page from Folha de S. Paulo, dated September 11, 2001. The main headline is "Após década turbulenta, EUA questionam reação aos ataques" (After a turbulent decade, the US questions its reaction to the attacks). Below it is a sub-headline: "Aproximamento de liberdades civis dos americanos é um dos maiores legados do 11 de Setembro" (Approximation of civil liberties for Americans is one of the greatest legacies of 9/11). The page is filled with various articles, including a large one on the left titled "MUDANÇAS NO MUNDO" (Changes in the World) and another on the right titled "Despesas com guerras dificultam recuperação" (War expenses make recovery difficult). There is also a world map showing GDP growth and a section at the bottom titled "O QUE MUDOU NA SUA VIDA EM UM AEROPORTO" (What has changed in your life at an airport).

Fonte: Acervo/Folha de S.Paulo

Todas as fontes oficiais podem ser encontradas nas três primeiras páginas, enquanto as páginas cinco e seis reúnem os 18 relatos testemunhais, sendo que uma única matéria – "Uma história, várias lições" – engloba 13 delas. Essa prática evidencia o peso das fontes oficiais frente ao testemunho, que requer uma quantidade maior e contextualização mais fundamentada para agregar peso ao valor notícia.

Já no aniversário de 15 anos do 11 de Setembro, apenas uma pequena chamada na capa da Folha de S.Paulo faz menção a data, enquanto a primeira página do caderno Mundo ainda segue inteiramente dedicada ao acontecimento. Contudo, das 10 matérias que formam o caderno, somente cinco são referentes ao ataque terrorista e utilizam 15 fontes diretas, sendo sete oficiais, cinco especialistas e três testemunhais.

Após 15 anos os acontecimentos do dia 11 de setembro de 2001, a predominância do discurso oficial ainda é evidente mesmo frente a análises e fontes especialistas

esperadas pelos leitores a fim de entender os desdobramentos e consequências do acontecimento (SANTAELLA, 1996).

A partir dos exemplos acima, é possível observar os múltiplos tipos de dominação definidos por Weber (1999) no jornalismo como ator social e formador de memórias. Consideradas as mais presentes, a dominação legal e racional é reforçada recorrentemente, todas as vezes que uma fonte oficial – chamada pelo autor de autoridade institucional – ou um especialista marcam presença em uma reportagem. Joncew (2005) dilata a ideia, afirmando que a estrutura de poder é refletida no status conferido à fonte, que, quanto mais elitizada, maior influência terá sobre os critérios de noticiabilidade. “As fontes exemplificam a força da ‘estrutura do poder da sociedade’, pois emanam dela. Representam autoridades política, econômica ou cognitiva” (JONCEW, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste estudo, é possível constatar prontamente que as fontes oficiais ocupam e mantêm posição de visível destaque na cobertura dos aniversários de um, dez e quinze anos do 11 de Setembro, realizada pelas edições impressas do jornal A Folha de S.Paulo. Ao todo, foram analisadas 31 matérias.

Diversos autores (LAGE, PENA) argumentam que a arraigada preferência de jornalistas e editores pelas informações e relatos creditados a fontes oficiais confere ao jornalismo o caráter "informativo e não formativo, transformando a imprensa em porta-voz da estrutura dominante" (JONCEW, 2005). Esta sistematização da hegemonia discursiva propagada pelo uso de fontes oficiais se relaciona de modo complexo com o papel social do jornalismo, especialmente no que concerne ao debate de ideias divergentes e os efeitos da disseminação informativa sobre a construção da memória.

Kitzinger (2000) observa como os enquadramentos associados a eventos traumáticos evoluem até se tornarem moldes midiáticos impregnados de referências a história passada, que fatalmente produz abordagens e narrativas rígidas e acentuadas utilizadas para enquadrar acontecimentos posteriores. A utilização repetitiva desse recurso retórico, na visão da autora, reforça perspectivas e constrói narrativas instrumentais, principalmente, sobre problemas sociais, influenciando a opinião pública tanto no que concerne o passado quanto o presente e também o futuro.

A representação midiática dos acontecimentos históricos e a propagação cíclica de discursos homogêneos são constituídos de forma sutil. Além da predominância das

mensagens oficiais, todas as 85 fontes – oficiais e oficiosas – identificadas nas matérias da Folha de S.Paulo são provenientes de países ocidentais. No que concerne a construção das narrativas de memória, é necessário observar a rarefação das vozes representativas presentes na mídia, bem como os sujeitos e instituições legitimadas para produzir textos informativos e, especialmente, analíticos sobre eventos terroristas.

É possível considerar que a comunidade interpretativa de jornalistas participa do registro histórico e, por isso, tem a capacidade de interferir positiva ou negativamente na composição da memória coletiva. Este fato influi, em consequência, na percepção do público e demais indivíduos sociais no que se refere a trajetória histórica na qual estão incluídos, transformando, assim, a memória também em poder.

É nesse sentido que Pollak (1989) afirma que a estrutura e grupos dominantes acreditam que o tempo "trabalha a seu favor e que o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo". No entanto, o sociólogo austríaco alerta para o fato de que esse intervalo temporal, na verdade, pode contribuir para acentuar sentimentos negativos dos dominados como "a amargura, o ressentimento e o ódio [...], que se exprimem então com os gritos da contraviolência" (POLLAK, 1989; p. 4).

A partir dos resultados e análises decorrentes, o presente artigo abre caminho para pesquisas posteriores, nomeadamente, no que diz respeito a relação da midiaticização do terrorismo e da guerra antiterror iniciada após o 11 de Setembro com a ascensão de organizações terroristas ainda mais radicalizadas nas décadas subsequentes, considerando a cristalização da memória coletiva sobre esses acontecimentos baseada somente no enquadramento ocidental e dominante.

REFERÊNCIAS

- A FOLHA DE S.PAULO: **Caderno especial**. São Paulo, 11 set. 2002. 2011. 2016.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BOURDIEU, P. **O mercado de bens simbólicos**. In A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987. P.99-181.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CELSO, A. **The Islamic State and Boko Haram: Fifth Wave Jihadist Terror Groups**. Foreign Policy Research Institute, San Angelo, 2015.
- CHOMSKY, N. **A nova guerra contra o terror**. In: FÓRUM DE TECNOLOGIA E CULTURA DO MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY, 2001, Cambridge. p. 1 - 29.

- COHEN, S. **Folk devils and moral panics**. 3ª ed. Nova York e Londres: Routledge, 1980.
- DAYAN, D; Katz, E. **A História em directo**. Os acontecimentos mediáticos na televisão. Coimbra: Minerva. 1999.
- DIEHL, A. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- DOMÍNGUEZ, F. **Periodistas ante Conflictos**: El papel de los medios de comunicación en situaciones de crisis (Org. Roberto Rodríguez Andrés & Teresa Sádaba Garraza); Eunsa – Ediciones Universidad de Navarra, Navarra, 1999.
- EDGERTON, G. **Television as Historian**. A Different Kind of History Altogether. *Television Histories: Shaping Collective Memory in the Media Age*. Kentucky: University Press of Kentucky, pp. 1-18. 2003.
- EDY, J. **Journalistic Uses of Collective Memory**. *Journal of Communication*, Volume 49, Issue 2, Pages 71–85. 1999.
- ERICSON, R. V., BARANEK, P. M., & CHAN, J. B. L. **Negotiating Control**: A Study of News Sources. Toronto: University of Toronto Press. Milton Keynes: Open University Press, 1989.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1981. Traducido do original: *Theorie des Kommunikativen Handelns*, Frankfurt. Tradução para o espanhol.
- JÁCOME, P. **Fissuras no espelho realista do jornalismo**: a narratividade crítica de Barcelona. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado, 2013.
- JONCEW, C. **A participação das fontes formais na qualificação da notícia**. 310 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- KAPLAN, J. **Terrorism's Fifth Wave**: A Theory, a Conundrum and a Dilemma. *Perspectives on Terrorism*, Lowell, v. 2, n. 2, p.12-24, jan. 2008.
- KITCH, C. **Placing journalism inside memory and memory studies**. *Memory Studies*, 1(3), pp. 311-320. 2008.
- LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. **Agendamento, enquadramento e noticiabilidade**. In: Márcia Benetti; Virginia Fonseca. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2010a, v. 1, p. 187-220.
- LETRIA, J. **O Terrorismo e os Média**: o tempo de antena do terror; Hugin, Lisboa, 2001.
- LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- LUENGO, Ó. G. **El Terrorismo y los Medios**, (Comunicação apresentada Conferencia Internacional “La seguridad europea en el siglo XXI”), s/ed, 2001.

-
- LUTZ, J.; LUTZ, B. **Democracy and Terrorism: Perspectives on Terrorism**, Vol. 4, n. 1, 2010.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- McCOMBS, M. **A Teoria da Agenda**. A Mídia e a Opinião Pública. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MORETZSOHN, S. **O segundo olho do repórter**: o papel dos motoristas na produção da notícia. 21º Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Anais. Juiz de Fora: UFJF, 2012.
- MORIN, Edgar. **Rumo ao abismo?** Ensaio sobre o destino da humanidade. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. Título original: Vers l' abîme?
- NATALI, J. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PENA, F. **Teorias do Jornalismo**. Ed. Contexto. São Paulo. SP, 2005.
- POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, 10 (5), pp. 200-212. 1992
- RAPOPORT, D. C. **The Four Waves of Modern Terror: International Dimensions and Consequences**. In: An International History of Terrorism: Western and Non-Western Experiences, edited by Jussi M. Hanhimaki and Bernhard Blumenau, 282-310. New York: Routledge, 2013.
- REIS, B. **De la dictadura a la democracia**; recuerdos y olvidos de la transición política española. Medios de comunicación y reconstrucción de la(s) memoria(s) colectiva(s) en España. Dissertação de doutoramento não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil) e Universidad Rey Juan Carlos de Madrid (Espanha). 2009.
- SANTAELLA, L. **Cultura das mídias**. 3. ed. São Paulo: Experimento, 1996.
- SCHMID, A. **Statistics on Terrorism: The Challenge of Measuring Trends in Global Terrorism**. In: Forum on Crime and Society. Vol. 4. 2004.
- THOMPSON, J. **Los media y la modernidad**. Una teoría de los medios de comunicación. Barcelona: Paidós. 1998.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Volume II: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, G. **A objetividade como ritual estratégico**: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. Contando estórias. In: TRAQUINA, Nelson e outros. **Jornalismo, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.
- WAGNER-PACIFICI, R., & Schwartz, B. **The Vietnam Veterans Memorial: Commemorating a difficult past**. American Journal of Sociology, 97, 376–420. 1991.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília Vol. 1 e 2. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- ZELIZER, B. **Covering the Body**: the Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.
- ZELIZER, B. **Os jornalistas como comunidade interpretativa**. Traquina, N. (org.) **Jornalismo 2000**. Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, n.27, fevereiro de 2000, p.50-65.
- ZELIZER, B. **Why memory`s work on journalism does not reflect journalism`s work on memory**. Memory Studies, 1 (1), pp. 79-87. 2008.